

Desenvolvimento Sustentável em Visconde de Mauá na visão do governo fluminense

A situação em Visconde de Mauá evidencia o contraste entre duas visões de desenvolvimento quase irreconciliáveis: a maioria dos empresários, políticos e economistas entende “desenvolvimento sustentável” como “crescimento econômico infinito”, o que é naturalmente impossível. Já as ONGs socioambientalistas e os cidadãos e lideranças mais conscientes entendem “desenvolvimento sustentável” como “evolução permanente” – o que é bem possível e desejável.

Para quem acredita que a preocupação com a sustentabilidade está aumentando e se espalhando no Brasil e no mundo, é revelador conhecer o que se passa em Visconde de Mauá - paraíso ecológico na Serra da Mantiqueira, bem preservado até a década de 1980 e desde então cada vez mais insustentável por causa da massiva exploração turística de suas frágeis atrações naturais. E este processo vem se agravando desde o asfaltamento da estrada que liga a região à Via Dutra (Rio-São Paulo), obra finalizada em 2011.

Ninguém duvida que a crescente população local tem direito a uma via asfaltada para os seus deslocamentos até as sedes dos municípios fluminenses que integram a região (Resende e Itatiaia) ou a outros destinos. Também os empresários estão certos ao ansiar pelo aumento da clientela trazida pela nova “estrada-parque”. O desafio, entretanto, desde o início da obra, era evitar as agressões ambientais (como os cortes temerários de encostas e o assoreamento de riachos), planejar e implantar as compensações ambientais cabíveis e – principalmente – preparar a população para resistir às pressões degradantes que chegariam com o asfalto.

Porém essa preocupação com os impactos – e com a organização da comunidade para poder mitigá-los – vem sendo negligenciada ou mesmo reprimida por setores do governo em equivocada parceria com as lideranças empresariais locais, que consideram qualquer precaução ou proposta socioambiental como ruim para os negócios e inconveniente para as eleições.

Como exemplo desse comportamento inadmissível em pleno ano da RIO+20, assistimos agora às tratativas para a criação de um “Conselho de Desenvolvimento Sustentável da região de Visconde de Mauá”, formatado pelo governo fluminense e pelas lideranças empresariais locais de modo a excluir dele precisamente as ONGs socioambientalistas, e a concentrar a representação da população local em duas associações comerciais e duas de moradores (presididas “coincidentalmente” também por empresários).

Este novo “Conselho de Desenvolvimento Sustentável”, artificialmente planejado pelo governo fluminense e empresários, pretende substituir o atual “Conselho Gestor da Microbacia do Alto Rio Preto” (que também abrange a sua margem mineira), criado em 2006 com a participação da comunidade e o reconhecimento de órgãos federais, estaduais e dos 3 municípios locais (dois no RJ, outro em MG), porém considerado por empresários e governantes como excessivamente “ambientalista” e por isso não confiável.

Motivo desse preconceito: no atual Conselho Gestor, ao lado de órgãos públicos (municipais, estaduais e federais) que atuam na região, e das associações comerciais e de moradores locais (que depois se retiraram dele, para enfraquecê-lo, por até hoje inexplicada recomendação do governo fluminense), estão as ONGs que realizam há anos os únicos projetos socioambientais em curso na região, incluindo educação ambiental e educomunicação, educação artística e atividades culturais, compostagem e agricultura orgânica, comércio solidário e outras atividades indispensáveis para sustentar um desenvolvimento ambientalmente viável.

Para mostrar toda a “preocupação” dessas quatro associações, que pretendem (com o apoio do governo) representar toda a comunidade nesse novo “Conselho de Desenvolvimento Sustentável”, suas diretorias acabam de se orquestrar para enviar ao secretário de Ambiente Carlos Minc um ofício em comum onde pedem a suspensão do decreto que cria o Parque Estadual da Pedra Selada, decidido pelo governo do RJ para preservar um monumento natural local - a Pedra Selada - e seu entorno. Ainda há pouco tinham se orquestrado para solicitar ao governo que considere a principal associação comercial local como a representante da região na interlocução com ele.

Talvez agora o governo tenha percebido seu erro ao limitar a representação da população a associações de empresários e moradores cujos interesses imediatistas costumam degradar o ambiente e comprometer o futuro. Afinal, não são as plantas e os bichos que ameaçam a natureza; somos nós mesmos - habitantes e empreendedores – a razão de ser da legislação ambiental.

Em vez de criar um novo e falso “Conselho de Desenvolvimento Sustentável”, excluir quem de fato se ocupa em promovê-lo e ignorar o lado mineiro da microbacia, o governo fluminense deveria prestigiar o atual Conselho Gestor, como nos prometeu Carlos Minc – em reunião a 9 de abril de 2011 – e convidar as demais associações a retornarem a esse fórum em busca de consensos sobre nossas prioridades. O Conselho Gestor é onde os vários atores locais (e seus interesses) devem definir e viabilizar, juntamente com o governo, soluções que garantam uma existência digna para dezenas, centenas – quem sabe milhares – de gerações de descendentes nossos.

Esperamos que Carlos Minc perceba que a natureza só conta com ele no governo (os empresários e moradores já têm secretarias de Turismo, de Indústria e Comércio, de Planejamento, do Trabalho, o SEBRAE etc), e não desmoralize de vez sua biografia ambientalista.

Este texto está reunindo assinaturas de pessoas moradoras da região, incluindo ex-secretários municipais de ambiente, engenheiros agrônomos, florestais e outros, educadores, artistas, jornalistas, produtores rurais e culturais, consultores, e de todos que discordam dessa forma de o governo nos governar: Para assinar, visite amigosdemaua.net/desenvolvimento_sustentavel_local